



Novo Direito Processual

por Salomão Viana



Direito de defesa e contestação



SUMÁRIO

I – DIREITO DE DEFESA

- 1- Acepções do vocábulo “exceção”.
- 2 - Relação entre exceção em sentido processual e exceção em sentido material ou substancial
- 3 - Características da exceção substancial (exceção em sentido material ou substancial)
- 4 - Características da exceção em sentido processual
- 5 - Espécies de defesa;
 - 5.1 - defesa contra a admissibilidade do exame do mérito ("defesa processual") e defesa de mérito;
 - 5.2 - exceção e objeção:
 - 5.2.1 - de natureza substancial;
 - 5.2.2 - de natureza processual;

5.3 - defesa peremptória e defesa dilatória:

5.3.1 - de mérito;

5.3.2 - de admissibilidade do exame do mérito:

5.4 - defesa direta e defesa indireta;

5.5 - defesa interna e defesa instrumental.

II - CONTESTAÇÃO

- 1 - Regra da eventualidade ou da concentração da defesa
- 2 - Regra do ônus da impugnação especificada
- 3 - Requisitos
- 4 - Aditamento
- 5 - Indeferimento



APOIO TÉCNICO

JURISTAS DAS COMARCAS DE JURISLÂNDIA E JURIDICÓPOLIS

Advogados:

Amanda Demanda, Carlos Causídico, Keri Kestão e Lidiane Lide

Membros do Ministério Público:

Dênis Denúncia e Acelino Acepê

Juízes:

Justino Justo e Serafim Sentença

Auxiliares da Justiça:

Tércia Termo, Juvenil Juntada, Cid Citação e Horácio Horacerta



Direito de defesa



**SENTIDO PRÉ-
PROCESSUAL: DIREITO
FUNDAMENTAL À
DEFESA**

**SENTIDO MATERIAL OU
SUBSTANCIAL (EXCEÇÃO
SUBSTANCIAL):
PRETENSÃO EXERCITADA PELO
DEMANDADO PARA
NEUTRALIZAR A EFICÁCIA DA
PRETENSÃO DO AUTOR**

EXCEÇÃO

**SENTIDO PROCESSUAL:
EXERCÍCIO CONCRETO DO DIREITO DE
DEFESA**

**MATÉRIA QUE, EM
GERAL, NÃO PODE
SER EXAMINADA
DE OFÍCIO**

**EXCEÇÃO INSTRUMENTAL:
INCIDENTE QUE GERA A SUSPENSÃO
DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL E
QUE, POR DETERMINAÇÃO LEGAL,
EXIGE PROCEDIMENTO EM AUTOS
APARTADOS**



***Relação entre exceção em sentido processual e
exceção em sentido material ou substancial:***

*ao se exercitar uma exceção substancial, o exercício concreto do direito de defesa
está se dando por meio do exercício, pelo demandado, de uma pretensão capaz de
neutralizar os efeitos da pretensão do autor.*



Exemplos de exceção substancial (exceção em sentido material ou substancial):

- 1 - exceção do contrato não cumprido;*
- 2 -*
- 3 -*
- 4 -*



Código Civil:

Art. 476. *Nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.*

Art. 477. *Se, depois de concluído o contrato, sobrevier a uma das partes contratantes diminuição em seu patrimônio capaz de comprometer ou tornar duvidosa a prestação pela qual se obrigou, pode a outra recusar-se à prestação que lhe incumbe, até que aquela satisfaça a que lhe compete ou dê garantia bastante de satisfazê-la.*



CPC:

Art. 582. *Em todos os casos em que é defeso a um contraente, antes de cumprida a sua obrigação, exigir o implemento da do outro, não se procederá à execução, se o devedor se propõe satisfazer a prestação, com meios considerados idôneos pelo juiz, mediante a execução da contraprestação pelo credor, e este, sem justo motivo, recusar a oferta.*

Parágrafo único. *O devedor poderá, entretanto, exonerar-se da obrigação, depositando em juízo a prestação ou a coisa; caso em que o juiz suspenderá a execução, não permitindo que o credor a receba, sem cumprir a contraprestação, que lhe tocar.*

Art. 615. *Cumpra ainda ao credor:*

(...)

IV - *provar que adimpliu a contraprestação, que lhe corresponde, ou que lhe assegura o cumprimento, se o executado não for obrigado a satisfazer a sua prestação senão mediante a contraprestação do credor.*



Exemplos de exceção substancial (exceção em sentido material ou substancial):

- 1 - exceção do contrato não cumprido;*
- 2 - benefício de ordem do fiador;*
- 3 -*
- 4 -*



Código Civil:

Art. 827. *O fiador demandado pelo pagamento da dívida tem direito a exigir, até a contestação da lide, que sejam primeiro executados os bens do devedor.*

Parágrafo único. *O fiador que alegar o benefício de ordem, a que se refere este artigo, deve nomear bens do devedor, sitos no mesmo município, livres e desembargados, quantos bastem para solver o débito.*



Exemplos de exceção substancial (exceção em sentido material ou substancial):

- 1 - exceção do contrato não cumprido;*
- 2 - benefício de ordem do fiador;*
- 3 - prescrição;*
- 4-*



Código Civil:

Art. 189. Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206.

Art. 191. A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.

Art. 193. A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.



Exemplos de exceção substancial (exceção em sentido material ou substancial):

- 1 - exceção do contrato não cumprido;*
- 2 - benefício de ordem do fiador;*
- 3 - prescrição;*
- 4 - direito de retenção.*



Código Civil:

Art. 1.219. *O possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, bem como, quanto às voluptuárias, se não lhe forem pagas, a levantá-las, quando o puder sem detrimento da coisa, e poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis.*



Características da exceção substancial (exceção em sentido material ou substancial):

- é um contradireito (direito que se exercita contra o exercício de outro direito);



Características da exceção substancial (exceção em sentido material ou substancial):

- *é um contradireito (direito que se exercita contra o exercício de outro direito);*
- *é exercida como defesa e não como demanda proposta;*



Características da exceção substancial (exceção em sentido material ou substancial):

- *é um contradireito (direito que se exercita contra o exercício de outro direito);*
- *é exercida como defesa e não como demanda proposta;*
- *é exercida com o propósito de neutralizar a situação jurídica afirmada pela parte autora;*



Características da exceção substancial (exceção em sentido material ou substancial):

- *é um contradireito (direito que se exercita contra o exercício de outro direito);*
- *é exercida como defesa e não como demanda proposta;*
- *é exercida com o propósito de neutralizar a situação jurídica afirmada pela parte autora;*
- *seu exercício supõe a existência do direito a ser neutralizado;*



Características da exceção substancial (exceção em sentido material ou substancial):

- *é um contradireito (direito que se exercita contra o exercício de outro direito);*
- *é exercida como defesa e não como demanda proposta;*
- *é exercida com o propósito de neutralizar a situação jurídica afirmada pela parte autora;*
- *seu exercício supõe a existência do direito a ser neutralizado;*
- *seu exercício não se adstringe à mera afirmação de um fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor;*



Características da exceção substancial (exceção em sentido material ou substancial):

- *é um contradireito (direito que se exercita contra o exercício de outro direito);*
- *é exercida como defesa e não como demanda proposta;*
- *é exercida com o propósito de neutralizar a situação jurídica afirmada pela parte autora;*
- *seu exercício supõe a existência do direito a ser neutralizado;*
- *seu exercício não se adstringe à mera afirmação de um fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor;*
- *o juiz somente pode conhecer de ofício se a lei expressamente o permitir;*



Características da exceção substancial (exceção em sentido material ou substancial):

- *é um contradireito (direito que se exercita contra o exercício de outro direito);*
- *é exercida como defesa e não como demanda proposta;*
- *é exercida com o propósito de neutralizar a situação jurídica afirmada pela parte autora;*
- *seu exercício supõe a existência do direito a ser neutralizado;*
- *seu exercício não se adstringe à mera afirmação de um fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor;*
- *o juiz somente pode conhecer de ofício se a lei expressamente o permitir;*
- *o seu exercício deve se dar na contestação, a menos que a lei expressamente preveja o seu exercício a qualquer tempo.*



Características da exceção em sentido processual:

- *trata-se de direito fundamental;*
- *trata-se de um direito abstrato;*
- *tem por conteúdo um conjunto de situações jurídicas ativas (direito de apresentar alegações, direito de produzir provas, direito de recorrer, direito a um procedimento adequado, direito a uma tutela efetiva e tempestiva).*



Espécies de defesa



Espécies de defesa

- ***defesa contra a admissibilidade do exame do mérito ("defesa processual")***: tem por objeto as exigências postas pelo sistema jurídico para que o mérito da causa possa ser apreciado (exs.: falta de "condição da ação"; falta de pressuposto processual; existência de invalidades do procedimento);
- ***defesa de mérito***: tem por objeto a pretensão do autor, seja para negar o seus efeitos, seja para neutralizá-los, seja para retardar a sua produção (exs.: negativa dos fatos em que se embasa a pretensão do autor; negativa dos efeitos jurídicos decorrentes dos fatos em que se embasa a pretensão do autor; alegação de fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor; exercício de exceção substancial).



Espécies de defesa

exceção: a matéria não pode ser conhecida de ofício pelo órgão julgador.

- **exceção de natureza substancial** (são as exceções substanciais, incluída a prescrição, apesar de ela poder ser conhecida de ofício);
- **exceção de natureza processual** (exs.: exceção de incompetência, compromisso arbitral).

objeção: a matéria pode ser conhecida de ofício pelo órgão julgador.

- **objeção de natureza substancial** (exs.: decadência legal, pagamento, nulidade absoluta do negócio jurídico);
- **objeção de natureza processual** (exs.: "condições da ação"; pressupostos processuais; invalidades do procedimento).



Espécies de defesa

defesa peremptória: objetiva perimir o exercício da pretensão.

- **de mérito** (exs.: prescrição, compensação, pagamento);
- **de admissibilidade do exame do mérito** (exs.: falta de "condições" da ação; falta de pressupostos processuais; invalidades insanáveis do procedimento).

defesa dilatória: objetiva dilatar no tempo o exercício da pretensão.

- **de mérito** (exs.: exceção do contrato não cumprido; direito de retenção);
- **de admissibilidade do exame do mérito:** (exs.: incompetência, excetuada a incompetência territorial no âmbito dos juizados; conexão; invalidade da citação).



Espécies de defesa

defesa direta: negativa dos fatos em que se embasa a pretensão do autor ou negativa dos efeitos jurídicos decorrentes dos fatos em que se embasa a pretensão do autor;

defesa indireta: falta de "condição da ação"; falta de pressuposto processual; existência de invalidades do procedimento; alegação de fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor; exercício de exceção substancial).



Espécies de defesa

defesa interna: formulada no bojo dos autos principais.

defesa instrumental: formulada por meio de peça a ser autuada em apartado (exceções instrumentais em sentido estrito; impugnação ao valor da causa; impugnação ao pleito de concessão dos benefícios da assistência judiciária)



Contestação



***Regra da eventualidade ou
da concentração da defesa***



Regra do ônus da impugnação especificada



Requisitos da contestação:

- 1 - forma, escrita ou oral;*
- 2 - assinatura por quem possua capacidade postulatória;*
- 3 - endereço para recebimento de intimações (CPC, art. 39, I);*
- 4 - juízo a que é dirigida a defesa;*
- 5 - qualificação das partes;*
- 6 - o fato e os fundamentos jurídicos da defesa;*
- 7 - o pedido;*
- 8 - indicação dos meios de prova;*
- 9 - documentos indispensáveis à demonstração da veracidade as alegações.*



Aditamento da contestação



Indeferimento da contestação



BIBLIOGRAFIA BÁSICA (em ordem alfabética, pelos nomes dos autores):

Adonias, Antônio; Klippel, Rodrigo. *Manual de Direito Processual Civil*, 3ª edição. Salvador: JusPODIVM, 2013.

Braga, Paula Sarno. *Processo Civil – Teoria Geral do Processo Civil*, 2ª edição. Salvador: JusPODIVM, 2013.

Câmara, Alexandre Freitas. *Lições de Direito Processual Civil*, volume I, 25ª edição. São Paulo: Atlas, 2014.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA - continuação (em ordem alfabética, pelos nomes dos autores):

Didier Jr., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil – Introdução ao Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento*, volume 1, 16ª edição. Salvador: JusPODIVM, 2014.

Dinamarco, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*, volume I, 7ª edição. São Paulo: Malheiros, 2013.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA - continuação (em ordem alfabética, pelos nomes dos autores):

Marinoni, Luiz Guilherme. *Curso de Processo Civil – Teoria Geral do Processo*, volume 1, 7ª edição. São Paulo: RT, 2013.

Santos, Moacyr Amaral. *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, volume 1, 29ª edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

Scarpinella Bueno, Cássio. *Curso Sistematizado de Direito Processual Civil – Teoria Geral do Direito Processual Civil*, volume 1, 8ª edição. Saraiva: São Paulo, 2014.